

GUIA PRÁTICO

SUBSÍDIO POR RISCO CLÍNICO DURANTE A GRAVIDEZ

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Guia Prático – Subsídio por Risco Clínico Durante a Gravidez
(3013 – v1.05)

PROPRIEDADE

Instituto da Segurança Social, I.P.

AUTOR

Instituto da Segurança Social, I.P.

PAGINAÇÃO

Gabinete de Comunicação

CONTACTOS



Telefone: **808 266 266** (n.º azul), dias úteis das 08h00 às 20h00.

Fax: **(+351) 272 240 900**

Estrangeiro: **(+351) 272 345 313**

Site: www.seg-social.pt, consulte a Segurança Social Directa.

DATA DE PUBLICAÇÃO

Janeiro de 2011

ÍNDICE

A – O que é?	4
B1 – Quem tem direito?	4
B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?	5
C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?	6
D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?	7
D2 – Como posso receber?	8
D3 – Quais as minhas obrigações?	9
D4 – Porque razões termina?	9
E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável	10
E3 – Glossário	10
Perguntas Frequentes	11

A informação contida neste guia prático não dispensa a consulta da lei.
--

A – O que é?

É um apoio em dinheiro dado à mulher grávida, durante o tempo considerado necessário pelo médico, nas situações de risco para a saúde da mãe ou da criança (gravidez de risco).

Estes dias de licença por risco clínico não são descontados na licença parental inicial a que ainda tem direito.

B1 – Quem tem direito?

Quem tem direito a este subsídio

Quem não tem direito a este subsídio

Quais as condições necessárias para ter acesso a este subsídio

Qual é o prazo de garantia

Quem tem direito a este subsídio

- Trabalhadoras por conta de outrem (a contrato) a descontarem para a Segurança Social, incluindo os trabalhadores do serviço doméstico
- Trabalhadoras independentes (a recibos verdes ou empresários em nome individual) a descontarem para a Segurança Social
- Beneficiárias do Seguro Social Voluntário que:
 - Trabalhem em navios de empresas estrangeiras ou
 - Sejam bolsistas de investigação.
- Quem estiver a receber Subsídio de Desemprego ou Subsídio Social de Desemprego (que se suspendem durante o tempo que estiver a receber subsídio por risco clínico).
- Quem estiver a receber Pensão de Invalidez Relativa, Pensão de Velhice ou Pensão de Sobrevivência e a trabalhar e a fazer descontos para a Segurança Social.
- Trabalhadoras em situação de pré-reforma, desde que estejam a trabalhar e abrangidos por qualquer dos regimes de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, independentes ou seguro social voluntário, desde que, neste último caso, o respectivo esquema de protecção social integre a eventualidade.

Quem não tem direito a este subsídio

- As mulheres em situação de pré-reforma que não trabalhem (suspensão total de actividade).
- Pensionistas de invalidez, velhice ou sobrevivência que não trabalhem nem descontem para a segurança social.

Quais as condições necessárias para ter acesso a este subsídio

- Declaração médica que certifique a gravidez de risco, com indicação do período de tempo considerado necessário para prevenir o risco.

- Se for trabalhadora independente (a recibos verdes ou empresários em nome individual), ter os pagamentos para a Segurança Social em dia até ao fim do terceiro mês imediatamente anterior ao mês em que deixa de trabalhar por risco clínico.

Nota: A situação contributiva irregular determina a suspensão do pagamento do subsídio a partir da data em que o mesmo é devido. Porém, o beneficiário readquire o direito ao subsídio desde que regularize a situação contributiva nos 3 meses subsequentes ao mês em que tenha ocorrido a suspensão.

Se a situação contributiva não for regularizada no referido prazo, o beneficiário perde o direito às prestações suspensas.

Caso regularize a situação contributiva fora do prazo, mas dentro do período de concessão do subsídio, retoma o direito ao subsídio a partir do dia seguinte àquele em que ocorra a regularização da situação contributiva.

- Ter os pagamentos para a Segurança Social em dia até ao fim do mês anterior ao mês em que deixa de trabalhar por risco clínico, se estiver abrangida pelo Seguro Social Voluntário, sendo indeferido o subsídio se a situação contributiva irregular não estiver regularizada.
- Pedir o subsídio dentro do prazo, ou seja, nos 6 meses a contar do primeiro dia em que não trabalhou.
- Cumprir o prazo de garantia.

Qual é o prazo de garantia?

Para ter direito ao subsídio por risco clínico durante a gravidez no dia em que deixa de trabalhar tem de ter trabalhado e descontado durante **seis meses (seguidos ou não)** para a Segurança Social ou outro sistema de protecção social que assegura um subsídio nestes casos (ver em **E2** lista de países, cujos regimes obrigatórios de Segurança Social permitem que os períodos de descontos efectuados nesses países sejam considerados para efeitos de prazo de garantia). Para completar este prazo de 6 meses é contado, se for necessário, o mês em que inicia a licença desde que tenha trabalhado e descontado pelo menos um dia nesse mesmo mês.

Nota: Nas situações em que os meses de descontos não são seguidos, não pode haver um período igual ou superior a 6 meses sem descontos. Caso ocorra um período igual ou superior a 6 meses sem descontos, o beneficiário tem que cumprir novo prazo de garantia que começa a contar-se a partir do mês em que há novo registo de remunerações.

B2 – Qual a relação desta prestação com outras que já recebo ou posso vir a receber?

Não pode acumular com...

Pode acumular com...

Não pode acumular com:

- Rendimentos de trabalho
- Subsídio de desemprego. Se estiver a receber prestações de desemprego, estas ficam suspensas enquanto estiver a receber o subsídio por risco clínico.

Nota: Deve avisar o centro de emprego de modo a ficar dispensada do cumprimento dos deveres para com o centro de emprego (por exemplo, apresentação quinzenal) enquanto estiver a receber o subsídio por risco clínico.

- Subsídio de doença
- Prestações concedidas no âmbito do subsistema de solidariedade, excepto rendimento social de inserção e complemento solidário para idosos.

Pode acumular com:

- Pensão de invalidez relativa (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social)
- Pensão de velhice (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social)
- Pensão de sobrevivência (desde que esteja a trabalhar e a descontar para a Segurança Social)
- Pensões ou indemnizações por acidente de trabalho ou doença profissional
- Rendimento social de inserção
- Complemento Solidário para Idosos
- Pré-reforma (Desde que exerçam actividade enquadrada em qualquer dos regimes de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, independentes ou seguro social voluntário e desde que, neste último caso, o respectivo esquema de protecção social integre a eventualidade)

C – Como posso pedir? C1 – Que formulários e documentos tenho de entregar?

Formulários

Documentos necessários

Onde se pede?

Até quando se pode pedir?

Formulários

RP 5051 – Requerimento de risco clínico durante a gravidez, interrupção da gravidez e riscos específicos

Nota: É dispensada na apresentação do requerimento por risco clínico durante a gravidez nas situações em que a certificação médica seja emitida pelos estabelecimentos ou serviços de saúde competentes do Serviço Nacional de Saúde, através de formulário próprio (baixa - CIT).

Documentos necessários

- Certificação médica que indique o período de impedimento para o trabalho.

Todas as situações

- Documento da instituição bancária comprovativo do NIB, no caso de pretender que o pagamento seja efectuado por depósito em conta bancária e ainda não ter aderido a esta modalidade de pagamento.

Onde se pede?

- Segurança Social Directa (pode preencher o formulário e entregar a documentação digitalizada)
<https://www.seg-social.pt/consultas/ssdirecta/>
- Serviços de atendimento da Segurança Social,
- Por correio, para o centro distrital de segurança social da área da residência do beneficiário.

Até quando se pode pedir?

No prazo de 6 meses a contar do primeiro dia em já não trabalhou. Se não pedir dentro deste prazo, mas entregar o requerimento durante o período legal de concessão do subsídio, o tempo que passou além dos seis meses será descontado na prestação.

D – Como funciona esta prestação? D1 – Quanto e quando vou receber?

Quanto se recebe?

Durante quanto tempo se recebe?

A partir de quando se tem direito a receber?

Quanto se recebe?

100% da sua remuneração de referência.

Nas situações em que a remuneração de referência é muito baixa, a lei estabelece um limite mínimo de € 11,18 por dia (igual a 80% de 1/30 do IAS).

O que é a remuneração de referência?

É a média de todas as remunerações declaradas à Segurança social pela entidade empregadora nos primeiros seis meses dos últimos oito meses (a contar do 2º mês anterior àquele em que começa a licença por risco clínico).

Por exemplo, se entrar de licença em Novembro, conta o que foi declarado pela entidade empregadora, em média, durante os meses de Março a Agosto.

No caso de não ter 6 meses de descontos na Segurança Social e o direito ao subsídio ser reconhecido por terem sido considerados períodos de descontos noutros regimes obrigatórios de Segurança Social, nacionais ou estrangeiros, é feita a média das remunerações declaradas à Segurança Social no período anterior ao impedimento e até ao início do mês em que o mesmo ocorreu. É então efectuado o seguinte cálculo:

A remuneração de referência é igual ao total das remunerações registadas até ao início do mês em que ocorreu o evento a dividir por 30 vezes o número de meses com remunerações registadas (com descontos), ou seja: Remuneração de Referência = $R / (30 \times n)$

Para o cálculo também contam os subsídios de férias e de Natal declarados nesse período.

Durante quanto tempo se recebe?

- Durante o tempo que o médico declarar ser necessário para evitar risco para a saúde da mãe ou da criança.

Nota: Estes dias de licença por riscos clínico durante a gravidez não contam, nem são descontados, nos dias de licença parental a que tenha direito.

A partir de quando se tem direito a receber?

- A partir do primeiro dia em que não foi prestado trabalho, comprovado por certificação médica.

D2 – Como posso receber?

Transferência bancária.

Cheque não à ordem

Nota Importante: A Segurança Social alterou o modo de pagamento dos subsídios sociais de carta-cheque para **cheque não à ordem**

O cheque não à ordem:

- Não pode ser endossado (passado ou transmitido) a terceiros (qualquer pessoa diferente do próprio beneficiário);
- Só pode ser levantado pelo próprio ou depositado numa conta do próprio.

Para maior comodidade e segurança adira ao pagamento dos subsídios por transferência bancária.

O dinheiro entra directamente na sua conta bancária e fica disponível de imediato.

A Segurança Social garante um pagamento mais rápido, mais seguro, sem atrasos e extravios.

Como aderir ao pagamento por transferência bancária

- **Pela Internet, no serviço Segurança Social Directa:**
 - Aceda ao site da Segurança Social em www.seg-social.pt;
 - **Clique** em: “Segurança Social Directa – Aceda aqui”
 - Digite o **NISS** (Número de Identificação de Segurança Social) e a **Palavra-Chave**;
 - No menu Serviços Disponíveis, **clique** em “**Alteração de NIB**”
 - Indique o seu **NIB**

- Preenchendo o modelo RP 5046–DGSS, disponível para impressão na Internet em www.seg-social.pt, “Formulários”, seleccionar “Pagamento de Prestações por Depósito em Conta Bancária”, **clicar** em “Ver” (link directo em http://www.seg-social.pt/preview_formularios.asp?r=2233&m=PDF) .
 1. Junte um dos seguintes documentos comprovativos do seu **NIB**
 - Declaração bancária onde conste o seu **NIB**;
 - Fotocópia da primeira folha da caderneta bancária;
 - Fotocópia de um cheque em branco.
 2. Junte também fotocópia de documento de identificação civil válido que tenha a sua assinatura (cartão de cidadão, bilhete de identidade, passaporte) para se verificar a autenticidade da assinatura.
 3. Envie o formulário e os documentos (NIB e identificação) pelo correio para o Centro Distrital da Segurança Social da sua área de residência ou entregue-os directamente num dos Serviços de Atendimento ao público. Em www.seg-social.pt/atendimentos, consulte o mapa da rede de serviços de atendimento público.
- **Pode também obter o formulário nos Serviços de Atendimento da Segurança Social.**

D3 – Quais as minhas obrigações?

Tem de avisar a Segurança Social no prazo de **cinco dias úteis** se ocorrer algo que leve à cessação do subsídio.

D4 – Porque razões termina?

O pagamento do subsídio por risco clínico durante a gravidez é interrompido se...

O subsídio por risco clínico durante a gravidez termina definitivamente quando...

O pagamento do subsídio por risco clínico durante a gravidez é interrompido se...

- A trabalhadora grávida for trabalhar
- O médico achar que já não há risco clínico para a mãe ou para a criança e não emitir a devida certificação médica.

O subsídio por risco clínico termina definitivamente se...

- Nascer a criança
- Houver fraude.
- A beneficiária trabalhar enquanto estiver a receber o subsídio.

- A beneficiária morrer (o subsídio termina no dia seguinte).

E – Outra Informação. E1 – Legislação Aplicável

Portaria n.º 458/2009, de 30 de Abril

Aprova os novos modelos de requerimento.

Decreto-Lei n.º 91/2009, de 9 de Abril

Estabelece o regime jurídico de protecção social na parentalidade.

Portaria n.º 1514/2008, de 24 de Dezembro

Fixa o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS).

Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro

Cria o Indexante dos Apoios Sociais (IAS), regula a sua actualização bem como a das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social.

Despacho n.º 8847/2001 2ª série, publicado no DR 2.ª Série, de 27 de Abril

Exclui os meses em que há falha contributiva por formação profissional durante a concessão das prestações de desemprego, para efeitos de prazo de garantia e cálculo da remuneração de referência.

E3 – Glossário

Nascituro

Feto; a criança que vai nascer.

Puérpera

Mulher que acabou de ter um bebé.

Lactante

Mulher que está a amamentar.

Prazo de garantia

É o tempo durante o qual o beneficiário tem de ter trabalhado e descontado para a Segurança Social para ter direito a um dado benefício.

Neste caso, só tem direito ao subsídio por risco clínico quem trabalhou e descontou durante seis meses (seguidos ou não, não podendo haver um período de interrupção de descontos superior a 6 meses) para a Segurança Social ou outro sistema de protecção social que lhe assegure um subsídio

nestes casos.

Para este prazo, conta, se for necessário, o mês em que o ocorre o impedimento para o trabalho, desde que tenha trabalhado e descontado pelo menos um dia nesse mesmo mês.

Remuneração de referência

É o valor que é usado para calcular o valor do subsídio.

Neste caso, é a média de todas as remunerações declaradas à Segurança social pela entidade empregadora nos primeiros seis meses dos últimos oito meses (a contar do 2º mês anterior àquele em que começa o impedimento para o trabalho).

Por exemplo, se entrar de licença em Novembro, conta o que foi declarado pela entidade empregadora, em média, durante os meses de Março a Agosto.

Para este valor também contam os subsídios de férias e de Natal declarados nesse período.

Países que permitem a totalização dos descontos para efeito de prazo de garantia (União Europeia, Espaço Económico Europeu (EEE) e Suíça):

Alemanha	Áustria	Bélgica	Bulgária
Chipre	Dinamarca	Eslováquia	Eslovénia
Espanha	Estónia	Finlândia	França
Grécia	Hungria	Irlanda	Islândia
Itália	Letónia	Liechtenstein	Lituânia
Luxemburgo	Malta	Noruega	Países Baixos (Holanda)
Polónia	Portugal	Reino Unido	República Checa
Roménia	Suécia	Suíça	

Países que têm acordos ou convenções com Portugal que permitem a totalização dos descontos para efeito de prazo de garantia:

Andorra	Brasil	Cabo Verde	Marrocos
Austrália	Tunísia		

Perguntas Frequentes

1. Qual a diferença entre risco clínico e riscos específicos?

Risco clínico

A grávida não pode trabalhar porque existem complicações médicas com a sua gravidez que

acarretam riscos, para ela ou para a criança. Neste caso, a mulher tem direito a ficar de licença por risco clínico durante a gravidez pelo tempo recomendado pelo seu médico, e a receber o subsídio por risco clínico no valor de 100% da sua *remuneração de referência*.

Riscos específicos

Os riscos específicos estão associados à profissão da mulher e têm a ver com o trabalho nocturno ou com a exposição a *agentes, processos ou condições de trabalho* que podem afectar a sua saúde ou segurança.

Estes riscos podem afectar a mulher durante a gravidez, depois do nascimento da criança ou durante a amamentação. Quando a mulher não pode trabalhar devido a estes riscos, tem direito ao subsídio por riscos específicos no valor de 65% da sua *remuneração de referência*.

Os dias de dispensa por risco clínicos não contam nem são descontados nos dias de licença de parental a que tem direito.

2 – Se o beneficiário for trabalhador independente e a situação contributiva não estiver regularizada e se entretanto a regularizar, continua a não ter direito ao subsídio?

A situação contributiva irregular determina a suspensão do pagamento do subsídio a partir da data em que o mesmo é devido. Porém, o beneficiário volta ter direito ao subsídio desde a data em que este foi suspenso, se regularizar a situação contributiva nos 3 meses seguintes ao mês em que tenha ocorrido a suspensão.

Se a situação contributiva não for regularizada no referido prazo, o beneficiário perde o direito às prestações suspensas.

Caso regularize a situação fora do prazo, mas dentro do período em que há direito ao subsídio, volta a receber a partir do dia seguinte àquele em que regularize a situação contributiva.